

DIRETORIA DE ABASTECIMENTO DA MARINHA

Estudo Técnico Preliminar 104/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 63079.000371/2026-45

2. Descrição da necessidade

2.1. Aquisição de Aparelhos de Ar-condicionado com suas respectivas instalações e a desinstalação dos Aparelhos danificados das Organizações Militares localizadas no Edifício Almirante Gastão Motta.

2.2. Na condição de Organização Militar Centralizadora (OMC), a presente contratação tem por finalidade promover a modernização e a recomposição do sistema de climatização das instalações do Edifício Almirante Gastão Motta (EAGM), abrangendo tanto esta Organização quanto as Organizações Militares Apoiadas (OMAp). O objeto contempla não apenas a aquisição de equipamentos de ar-condicionado, mas também a sua adequada instalação, bem como a desinstalação dos equipamentos atualmente inoperantes ou com desempenho comprometido, assegurando a continuidade e a eficiência dos serviços prestados.

2.2.1. Ressalta-se que os sistemas de climatização constituem infraestrutura essencial ao pleno funcionamento dos ambientes administrativos e operacionais, sendo indispensáveis à garantia de condições adequadas de habitabilidade, salubridade e conforto térmico. A manutenção dessas condições impacta diretamente a saúde ocupacional dos militares e servidores civis, reduzindo riscos relacionados ao estresse térmico, à fadiga e à queda de rendimento laboral.

2.2.2. Ademais, a ausência ou inadequação da climatização compromete significativamente a produtividade e a eficiência das atividades desempenhadas, podendo acarretar prejuízos à continuidade das rotinas administrativas e operacionais. Destaca-se, ainda, o impacto direto sobre a preservação e o correto funcionamento de equipamentos sensíveis, em especial os sistemas de tecnologia da informação, como servidores e demais ativos instalados na Sala de Processamento de Dados (CPD), os quais demandam controle rigoroso de temperatura e umidade para evitar superaquecimento, falhas operacionais, perda de dados e redução da vida útil dos equipamentos.

2.2.3. Cumpre salientar que parte dos equipamentos atualmente instalados encontra-se danificada, obsoleta ou com eficiência energética reduzida, o que acarreta aumento de custos com manutenção corretiva e consumo elevado de energia elétrica, em desacordo com os princípios da economicidade e da eficiência administrativa.

2.2.4. Dessa forma, a não realização da contratação implicará a deterioração das condições de trabalho, com reflexos negativos na saúde do efetivo, na produtividade institucional e na segurança das informações e dos sistemas críticos.

2.2.5. Ante o exposto, evidencia-se a necessidade da aquisição pretendida como medida indispensável para assegurar condições mínimas adequadas de trabalho, garantir a continuidade das atividades administrativas e operacionais, bem como preservar a integridade e o pleno funcionamento da infraestrutura tecnológica, especialmente da Sala de Servidores (CPD), em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Manutenção e Serviços	CT (RM1-AA) JEAN LOIUS ESPINOSO DE MOURA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

REQUISITOS QUE DEVERÃO NORTEAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO OBJETO PRETENDIDO:

Nesta seção do Estudo Técnico Preliminar, deve-se especificar quais são os requisitos indispensáveis de que o objeto a adquirir/contratar deve dispor para atender à demanda, incluindo padrões mínimos de qualidade, de forma a permitir a seleção da proposta mais vantajosa. Incluir, critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificações técnicas do objeto ou como obrigação da contratada.

Em conformidade à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, alguns requisitos indispensáveis são:

1. **Especificações técnicas:** devem ser claras e precisas, detalhando as características e especificações dos itens a serem adquiridos, como modelo, marca, capacidade, potência, entre outros. Essas especificações devem ser objetivas e de fácil compreensão para evitar interpretações divergentes. Essas informações constarão no Termo de Referência.
2. **Qualidade:** deve-se estabelecer padrões mínimos de qualidade que os produtos devem atender, visando garantir sua durabilidade, desempenho e confiabilidade. Esses padrões podem ser definidos por meio de normas técnicas nacionais ou internacionais, certificações de qualidade, ou requisitos específicos dispostos no Termo de Referência.
3. **Preço:** o preço é um fator importante na escolha da proposta mais vantajosa, mas não deve ser o único critério considerado. O valor deve ser compatível com o mercado e com a qualidade dos produtos ofertados, e deve-se evitar propostas muito baixas que possam comprometer a qualidade dos produtos. O preço estimado foi obtido por meio da Pesquisa de Preço no Comprasnet.
4. **Garantia:** é importante que os fornecedores ofereçam garantia dos produtos, de modo a assegurar sua qualidade e funcionamento. O prazo de garantia estará previsto, no que couber, no Termo de Referência.
5. **Prazo de entrega:** é fundamental que os fornecedores cumpram os prazos estabelecidos no edital para entrega dos produtos, visando garantir o abastecimento do Órgão.

Além desses requisitos, pode-se estabelecer critérios e práticas de sustentabilidade que devem constar nas especificações técnicas dos objetos a serem adquiridos, tais como:

1. **Eficiência energética:** priorizar produtos que apresentem eficiência energética, ou seja, que consumam menos energia em relação a produtos similares, em conformidade ao que dispõe o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.
2. **Uso de materiais reciclados ou renováveis:** privilegiar produtos que utilizem materiais reciclados ou renováveis, visando reduzir o impacto ambiental, em conformidade ao que dispõe o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.
3. **Descarte adequado:** exigir que os fornecedores garantam o descarte adequado dos produtos no final de sua vida útil, de acordo com as normas e legislação ambiental, em conformidade ao que dispõe o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.
4. **Certificações ambientais:** priorizar produtos que possuam certificações ambientais, como a ISO 14001, dentre outras certificações aplicáveis ao objeto licitatório, que atestam que a empresa segue práticas sustentáveis em sua produção, em conformidade ao que dispõe o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Esses são alguns requisitos gerais que devem nortear um processo para a aquisição do objeto pretendido, de modo a atender plenamente às necessidades desta Diretoria.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Nesta seção do Estudo Técnico Preliminar, em consonância à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o levantamento de mercado consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções: a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e b) ser realizada consulta, audiência pública ou realizar diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições. Caso, após o levantamento do mercado, a quantidade de fornecedores for considerada restrita, deve-se verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, flexibilizando-os sempre que possível.

5.2. Para fins de prospecção das soluções disponíveis no mercado que são aplicáveis ao objeto pretendido pela Diretoria de Abastecimento da Marinha, a Equipe de Planejamento da Contratação utilizou-se das seguintes estratégias que norteiam o levantamento de mercado:

1- Identificação de empresas que já forneceram produtos semelhantes a outros Órgãos ou entes da Administração Pública. Pesquisa em registros de compras de outras instituições públicas e privadas e verifique se as empresas atenderam às especificações técnicas necessárias.

2- Pesquisa no Portal de Compras do Governo Federal, Compras.gov.br, para identificar potenciais empresas que já forneceram produtos semelhantes ao objeto pretendido nesse estudo a outros Órgãos Públicos.

3- Foi realizada pesquisa de preços em conformidade à Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021, que norteia e dispõe acerca do procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, comparando os preços oferecidos pelos diferentes fornecedores identificados, em busca do preço médio estimado que seja contemporâneo e exequível para os licitantes em potencial.

4- No que tange à utilização de ferramentas que atendem a, a Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021, a Equipe de Planejamento da Contratação consultou os preços através dos sites: Compras.gov.br, Portal Nacional de Contratações Públicas, Paineis de Preços e Portal da Transparência, cuja pesquisa baseia-se em resultados de licitações adjudicadas e/ou homologadas e contratações públicas similares realizadas pela administração pública o que contempla os parâmetros dos incisos I, II e III do artigo 5º – IN 65/2021.

- 5.3. Foi utilizado o parâmetro do inciso I, art. 5 da IN nº 65/2021, para a composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente.
- 5.4. O preço estimado da contratação se deu pela mediana dos preços obtidos na Pesquisa de Preço do Comprasnet.
- 5.5. Ao adotar essas estratégias, é possível realizar um levantamento de mercado eficiente e identificar fornecedores confiáveis e com preços competitivos, que visem garantir o sucesso do certame licitatório e o pleno atendimento às necessidades desta Diretoria.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A presente solução tem como objetivo atender às necessidades de climatização de ambientes, garantindo conforto térmico, eficiência energética e durabilidade dos equipamentos eletrônicos. A aquisição de aparelhos de ar-condicionado do tipo split, cassete, piso-teto e hi wall foi planejada com base em uma análise técnica e financeira, considerando os requisitos de desempenho, capacidade de refrigeração, consumo energético e condições de instalação.

6.2. Objetivos da Solução

Conforto térmico: Proporcionar uma temperatura adequada aos ambientes, visando atender às necessidades dos usuários, sejam elas voltadas ao uso residencial, comercial ou institucional.

Climatização no CPD: Os sistemas de refrigeração para um CPD são projetados para manter a temperatura, a umidade e a qualidade do ar dentro de parâmetros definidos por normas e métodos internacionais de boas práticas.

Eficiência energética: Priorizar equipamentos com melhor eficiência energética, reduzindo os custos operacionais e o impacto ambiental.

Durabilidade e manutenção: Garantir que os equipamentos adquiridos tenham uma vida útil prolongada, com facilidade de manutenção preventiva e corretiva.

6.3. Etapas do Processo de Aquisição

- Estudo de Necessidades: Levantamento das características e demandas de climatização em cada ambiente.
- Pesquisa de Mercado: Identificação de modelos e fornecedores que atendam aos requisitos técnicos e econômicos.
- Planejamento Orçamentário: Definição de recursos necessários com base em cotações e estudos de custo-benefício.
- Especificação e Edital: Redação de termos que garantam a aquisição de equipamentos de qualidade, com condições de pagamento e entrega favoráveis à Administração.

6.4. Benefícios da Solução

- Melhoria da qualidade do ambiente de trabalho ou convivência.
- Preservação dos equipamentos eletrônicos na Sala dos Servidores (CPD).
- Redução de custos operacionais por meio da eficiência energética dos equipamentos.
- Adaptação a diferentes necessidades e ambientes, com equipamentos versáteis e de fácil instalação.
- Atendimento aos padrões de sustentabilidade e eficiência exigidos pelas normativas atuais.

6.5. Essa solução foi planejada para atender de forma completa e eficiente às demandas de climatização, assegurando que os equipamentos adquiridos cumpram os requisitos de desempenho, economia, conforto térmico e preservação de equipamentos eletrônicos.

6.6. Por todo o contexto apresentado e em conformidade com o praticado pela Administração pública de uma forma geral, essa equipe de Planejamento sugere que a esta aquisição seja formalizada através de Pregão Eletrônico como Sistema de Registro de Preços.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades a serem adquiridas foi calculado visando atender as necessidades da Administração, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO

1	Condicionador de ar tipo Split Hi Wall de 12.000 btu com instalação de até 10 metros de distância entre a condensadora e a evaporadora.
2	Condicionador de ar tipo Split Hi Wall de 12.000 btu com instalação de até 20 metros de distância entre a condensadora e a evaporadora.
3	Condicionador de ar tipo Split Hi Wall de 24.000 btu com instalação de até 10 metros de distância entre a condensadora e a evaporadora.
4	Condicionador de ar tipo Split Hi Wall de 24.000 btu com instalação de até 20 metros de distância entre a condensadora e a evaporadora.
5	Condicionador de ar tipo Split Piso-Teto de 24.000 btu com instalação de até 20 metros de distância entre a condensadora e a evaporadora.
6	Condicionador de ar tipo Split Cassete de 24.000 btu com instalação de até 20 metros de distância entre a condensadora e a evaporadora.
7	Condicionador de ar tipo Split Hi Wall de 30.000 btu com instalação de até 10 metros de distância entre a condensadora e a evaporadora.
8	Condicionador de ar tipo Split Hi Wall de 30.000 btu com instalação de até 20 metros de distância entre a condensadora e a evaporadora.
9	

	Condicionador de ar tipo Split Cassete de 30.000 btu com instalação de até 20 metros de distância entre a condensadora e a evaporadora.
10	Condicionador de ar tipo Piso-Teto de 48.000 btu com instalação de até 10 metros de distância entre a condensadora e a evaporadora.
11	Condicionador de ar tipo Piso-Teto de 48.000 btu com instalação de até 20 metros de distância entre a condensadora e a evaporadora.
12	Condicionador de ar tipo Cassete de 48.000 btu com instalação de até 20 metros de distância entre a condensadora e a evaporadora.
13	Condicionador de ar tipo Piso-Teto 60.000 btu com instalação de até 10 metros de distância entre a condensadora e a evaporadora.
14	Condicionador de ar tipo Piso-Teto de 60.000 btu com instalação de até 20 metros de distância entre a condensadora e a evaporadora.
15	Condicionador de ar tipo cassete de 60.000 btu com instalação de até 20 metros de distância entre a condensadora e a evaporadora.
16	Condicionador de ar tipo split Hi Wall de 24.000 btu com instalação e desinstalação de até 20 metros de distância entre a condensadora e a evaporadora.
17	

	Condicionador de ar tipo Split Hi Wall de 30.000 btu com instalação e desinstalação de até 20 metros de distância entre a condensadora e a evaporadora.
18	Condicionador de ar tipo Piso-Teto de 48.000 btu com instalação e desinstalação de até 20 metros de distância entre a condensadora e a evaporadora.
19	Condicionador de ar tipo tipo Piso-teto Wall 60.000 btu com instalação e desinstalação de até 20 metros de distância entre a condensadora e a evaporadora.
20	Condicionador de ar tipo Split Cassete de 24.000 btu com instalação e desinstalação de até 20 metros de distância entre a condensadora e a evaporadora.
21	Condicionador de ar tipo Split Cassete de 30.000 btu com instalação e desinstalação de até 20 metros de distância entre a condensadora e a evaporadora.
22	Condicionador de ar tipo Split Cassete de 48.000 btu com instalação e desinstalação de até 20 metros de distância entre a condensadora e a evaporadora.
23	Condicionador de ar tipo tipo Split Cassete 60.000 btu com instalação e desinstalação de até 20 metros de distância entre a condensadora e a evaporadora.

24	Condicionador de ar tipo Piso-Teto de 24.000 btu com instalação e desinstalação de até 20 metros de distância entre a condensadora e a evaporadora.
25	Condicionador de ar tipo Split Hi Wall de 12.000 btu com instalação e desinstalação de até 20 metros de distância entre a condensadora e a evaporadora.
26	Condicionador de ar tipo Split piso-teto de 30.000 btu com instalação de até 20 metros de distância entre a condensadora e a evaporadora.

7.2. A definição das quantidades de aparelhos de ar-condicionado a serem adquiridos foi realizada com base em um planejamento criterioso, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021, considerando a necessidade de atender às demandas específicas dos ambientes a serem climatizados, bem como a otimização dos recursos disponíveis, em virtude das restrições orçamentárias vigentes.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 866.063,81

8.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 866.063,81 (oitocentos e sessenta e seis mil, sessenta e três reais e oitenta e um centavos).

8.2. A definição e documentação do método para estimativa de preços ou meios de previsão de preços referenciais, deverá seguir as diretrizes da Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, em seu art. 5º, admite que a pesquisa de preços seja realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

8.2.1. “Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

d) data de emissão; e

e) nome completo e identificação do responsável.

III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e

IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

§ 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente.”

De acordo com o Art. 6º, da IN em tela foi utilizado como método para obtenção do preço estimado, a mediana dos valores obtidos na pesquisa de preços no Comprasnet oriundos do parâmetro I.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Após a pesquisa elaborada pela equipe de planejamento, pode-se concluir que o parcelamento da solução é tecnicamente viável e economicamente vantajoso, considerando que os itens não estão ligados entre si, o que permite a competitividade entre os possíveis fornecedores.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há aquisições correlatas e/ou interdependentes com o objetivo da contratação em referência.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. As Diretrizes da presente contratação (aquisição de material com instalação), encontram-se pormenorizadas na NORMAS SOBRE LICITAÇÕES, ACORDOS E ATOS ADMINISTRATIVOS (NOLAM) – SGM 102, 5ª REVISÃO.

11.2. A aquisição fornecedora pretendida encontra-se alinhada e prevista no Plano Anual de Recursos (PAR) do Exercício Financeiro de 2025 e atende plenamente aos interesses desta Diretoria.

12. Descrição da Aquisição

12.1. De modo a manter a garantia dos equipamentos da possível aquisição, a(s) contratada(s) deverá(ão) fornecer os equipamentos conforme descrição abaixo:

Itens 1, 2 e 25 - Aparelho de Ar Condicionado Split Hi Wall de 12.000 BTU/H, saída de ar vertical, com um defletor da condensadora e uma bomba de drenagem de água para split de 12.000 BTU/H, cano PVC 75 ou 100mm na cor bege, tubo esponjoso blindado, cabo PP 4 vias - 4 mm;

Itens 3, 4 e 16 - Aparelho de Ar Condicionado Split Hi Wall de 24.000 BTU/H, saída de ar vertical, com um defletor da condensadora e uma bomba de drenagem de água para split de 24.000 BTU/H, cano PVC 75 ou 100mm na cor bege, tubo esponjoso blindado, cabo PP 4 vias - 4 mm;

Item 5 e 24- Aparelho de Ar Condicionado piso-teto de 24.000 BTU/H, cano PVC 75 ou 100mm na cor bege, tubo esponjoso blindado, cabo PP 4 vias - 4 mm;

Item 6 e 20 - Aparelho de Ar Condicionado do tipo Cassete de 24.000 BTU/H, cano PVC 75 ou 100mm na cor bege, tubo esponjoso blindado, cabo PP 4 vias - 4 mm;

Itens 7, 8 e 17- Aparelho de Ar Condicionado Split Hi Wall de 30.000 BTU/H saída de ar vertical, com um defletor da condensadora e uma bomba de drenagem de água para split de 30.000 BTU/H, cano PVC 75 ou 100mm na cor bege, tubo esponjoso blindado, cabo PP 4 vias - 4 mm;

Item 9 e 21- Aparelho de Ar Condicionado Split do tipo Cassete de 30.000 BTU/H, cano PVC 75 ou 100mm na cor bege, tubo esponjoso blindado, cabo PP 4 vias - 4 mm;

Itens 10, 11 e 18 - Aparelho de Ar Condicionado piso-teto de 48.000 BTU/H, com um defletor da condensadora e uma bomba de drenagem de água para split de 48.000 BTU/H,, cano PVC 75 ou 100mm na cor bege, tubo esponjoso blindado, cabo PP 4 vias - 6 mm;

Item 12 e 22- Aparelho de Ar Condicionado do tipo cassete de 48.000 BTU/H, cano PVC 75 ou 100mm na cor bege, tubo esponjoso blindado, cabo PP 4 vias - 6 mm;

Itens 13, 14 e 19 - Aparelho de Ar Condicionado piso-teto de 60.000 BTU/H, cano PVC 75 ou 100mm na cor bege, tubo esponjoso blindado, cabo PP 4 vias - 6 mm;

Item 15 e 23 - Aparelho de Ar Condicionado tipo cassete de 60.000 BTU/H, cano PVC 75 ou 100mm na cor bege, tubo esponjoso blindado, cabo PP 4 vias - 6 mm;

Item 26 - Aparelho de Ar Condicionado tipo split piso-teto de 30.000 BTU/H, cano PVC 75 ou 100mm na cor bege, tubo esponjoso blindado, cabo PP 4 vias - 4 mm.

1.7.1.1. Com todos os materiais necessários para o acabamento e instalação para a sua perfeita utilização.

12.2. Essa aquisição visa manter as salas com temperatura ideal para todos no local de trabalho, garantindo a eficiência e o conforto total e a preservação dos equipamentos na Sala do CPD para sua perfeita operação.

12.2.1. Assim, a eventual contratação de empresas para o fornecimento de material deve ser feita pela Diretoria de Abastecimento da Marinha (DAbM), Organização Militar Centralizadora (OMC) responsável pelas aquisições das demais OM localizadas no Edifício Almirante Gastão Motta.

12.3. A modalidade licitatória na modalidade Pregão (SRP), na forma Eletrônica, para vigor no âmbito da Administração Pública Federal é faculdade trazida pela lei aos administradores públicos com fins de tornar mais ágil e eficaz os procedimentos administrativos licitatórios para aquisição de bens e serviços comuns.

12.4. Nesse sentido, tendo em vista a situação ora apresentada, verifica-se a necessidade inarredável de um procedimento licitatório célere e capaz de suprir as necessidades deste ente público, pois necessitamos recorrentemente dos produtos constantes no Apêndice a fim de proporcionar ao servidor militar/civil condições dignas e indispensáveis para a consecução do objetivo máximo desta organização, que é o de fornecer serviço de altíssima qualidade para a nação brasileira.

12.5. Aquisição dos equipamentos de ar condicionado contempla a desinstalações de 5 split danificados e instalações de 14 ar-condicionado novos, localizado do Edifício Almirante Gastão Motta, conforme detalhado no item 1.7, deste Termo. Para as instalações dos aparelhos será observado o **prazo estimado de até 20 dias** podendo ser prorrogado por igual período mediante solicitação da Contratada, devidamente justificada, a contar do dia que a empresa contratada iniciar o serviço, que será executado na rotina normal sem causar transtornos administrativos às funções desempenhadas pelas OM instaladas no referido pavimento.

12.6. Ressalta-se que a contratada, além do material que será empregado para **instalação e desinstalação**, deverá dispor de todo tipo de ferramentas e equipamentos necessários à execução do serviço, inclusive equipamentos de proteção individual para que seus funcionários possam trabalhar com segurança.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. A pretensa aquisição objetiva a substituição de aparelhos muito antigos, os quais não é mais viável mantê-los e instalar novos equipamentos em novos ambientes reestruturados.

13.2. Ademais, com a aquisição e instalação desses aparelhos, a Administração obterá benefícios com a redução no consumo de energia elétrica, em razão dos novos equipamentos possuírem maior eficiência energética.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Não se verifica a necessidade de providências específicas a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, nem quanto à capacitação de servidores ou de empregados ou adequação do ambiente da unidade.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. Conforme a 6ª edição do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, é meta da administração pública, baseado nas ODS (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável) da ONU (Organização das Nações Unidas), promover práticas de compras públicas sustentáveis e de acordo com as políticas e prioridades nacionais. Além disso, é possível observar no Guia de Desenvolvimento Sustentável que equipamentos e aparelhos de ar condicionado podem conter substâncias que destroem a camada de ozônio. Portanto, aplica-se ao presente processo às seguintes exigências:

1. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.
2. Os bens deverão ser também conforme itens elencados abaixo:

I – bens e embalagens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, proveniente de madeira de reflorestamento, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais com o mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

3. A contratada deve adotar práticas que reduzam a poluição e minimizem o desperdício de recursos, quando couber, em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010 (Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública).

15.2. Por fim, também é possível observar no Guia de Desenvolvimento Sustentável que é vedada a aquisição, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelos Anexos A e B do Protocolo de Montreal, como, por exemplo, as seguintes listadas: CFCs 11 a 13; CFCs 111 a 115; CFCs 211 a 217; Halons 1211, 1301 e 2402; CTC, e tricloroetano.

15.3. A presente contratação encontra-se alinhada às diretrizes estabelecidas no Plano de Logística Sustentável da Marinha do Brasil, observando práticas voltadas à racionalização do consumo, à redução de impactos ambientais e à promoção da sustentabilidade nas aquisições públicas.

16. Justificativa

16.1. JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE PESSOA FÍSICA

Em observância ao disposto no art. 4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 116/2021, registra-se que, embora a regra geral seja a ampliação da competitividade com a possibilidade de participação de pessoas físicas, no presente caso tal participação mostra-se inviável, conforme fundamentação a seguir exposta.

A contratação pretendida tem por objeto a aquisição de equipamentos de ar-condicionado, contemplando, de forma integrada, a instalação dos novos equipamentos e a desinstalação dos equipamentos danificados, a serem executadas nas dependências das Organizações Militares situadas no Edifício Almirante Gastão Motta (EAGM). Trata-se, portanto, de solução que envolve não apenas o fornecimento de bens, mas também a prestação de serviços técnicos especializados, de natureza contínua e coordenada.

A execução do objeto demanda:

- Estrutura operacional mínima compatível, incluindo ferramental técnico específico, equipamentos de içamento e transporte, instrumentos de medição e diagnóstico, além de insumos e materiais auxiliares;
- Equipe técnica qualificada, composta por profissionais com conhecimentos em sistemas de climatização, elétrica e refrigeração, aptos a atuar de forma simultânea e coordenada, inclusive em múltiplos ambientes;
- Capacidade logística e administrativa, para fornecimento, transporte, armazenamento temporário, instalação e eventual substituição de equipamentos, observando prazos e condições estabelecidos;
- Atendimento a normas técnicas e de segurança, incluindo requisitos da ABNT, normas de segurança do trabalho e eventuais certificações exigidas para manuseio de equipamentos e gases refrigerantes;
- Responsabilidade técnica formal, com emissão de documentos, garantias contratuais e suporte pós-instalação.

Adicionalmente, a execução dos serviços em ambiente militar impõe requisitos específicos de controle, coordenação e confiabilidade, os quais exigem organização empresarial apta a cumprir rotinas administrativas, operacionais e de segurança institucional.

Diante desse contexto, verifica-se que a execução integral do objeto exige estrutura empresarial organizada, com disponibilidade de recursos humanos, materiais e financeiros incompatíveis com a atuação isolada de pessoa física. Tal circunstância evidencia a necessidade de contratação de pessoa jurídica que detenha capacidade técnica e operacional adequada.

Assim, com fundamento no parágrafo único do art. 4º da IN SEGES/ME nº 116/2021, resta justificada a impossibilidade de participação de pessoas físicas no certame, por incompatibilidade com a complexidade, a escala e as exigências técnicas do objeto a ser contratado, preservando-se, desse modo, a adequada execução contratual e o interesse público.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nos elementos anteriores do presente documento de Estudos Preliminares realizado por esta Equipe de Planejamento, DECLARAMOS que É VIÁVEL a contratação proposta pela unidade requisitante.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JEAN LOUIS ESPINOSO DE MOURA

Encarregado Divisão de Manutenção e Serviços